

Contribuições e informes para a reunião da Direção Executiva Nacional da CUT – 06/05/2020

Contribuição da AE – Articulação de Esquerda ao debate da Reunião Ampliada da Executiva Nacional em 05 de maio de 2020

- 1) Antes da pandemia, já vivíamos uma situação mundial de crise e instabilidade. Crise do capitalismo, advinda de contradições estruturais, agravadas pelas respostas ultraneoliberais à não solucionada crise de 2008. Ofensiva do capital contra os trabalhadores e do imperialismo contra os povos de todo o mundo, incluindo na América Latina todo tipo de golpes, sabotagens, bloqueios criminosos, desestabilizações políticas e ameaças de intervenções militares externas e internas contra governos não alinhados às potências imperialistas.
- 2) Os desdobramentos da pandemia aprofundaram a crise e a instabilidade mundial. Desde 31 de dezembro de 2019 até hoje, o mundo enfrenta uma crise sanitária de imensas proporções. Há uma intensa disputa de versões e de políticas sobre como enfrentar a pandemia.
- 3) Esta situação fortalece nossa certeza de que vivemos num mundo de problemas globais, para os quais o capitalismo não tem solução, sendo muitas vezes sua causa. Mesmo assim, o que virá depois da crise e da pandemia pode ser mais capitalismo, mais superexploração da classe trabalhadora e dos povos, mais opressão política.
- 4) Como será o futuro da humanidade depende da luta que está sendo travada neste momento. Também por isso, frente à crise sistêmica do capitalismo, defendemos uma alternativa sistêmica: o socialismo. Até porque, mesmo que moribundo, como apontou LULA no seu discurso para o 1º de Maio, capitalismo não morrerá de morte morrida, natural e indolor. Para derrotar e enterrar o capitalismo será necessária uma dura luta de classes e Estados, em escala nacional, regional e mundial.
- 5) Antes da pandemia, o Brasil já sofria os efeitos da ofensiva golpista, com destaque para a EC 95, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência Social e desmonte do INSS, a extinção do Ministério do Trabalho, o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), os ataques do próprio governo à Funai, ao Ibama, às universidades públicas e às instituições públicas de pesquisa (INPE, Fiocruz e outras).
- 6) Houve ampliação do desemprego, redução do salário e da renda da classe trabalhadora, desmantelamento das redes legais de proteção social — e uma brutal investida do capital predatório (latifúndio, madeireiras) contra as lideranças sociais, especialmente assassinatos em série de indígenas e camponeses das regiões remotas e de fronteira agrícola.
- 7) Os povos originários, indígenas e quilombolas têm sido intensamente afetados pelos efeitos da crise ambiental e também pela ofensiva do capital neofascista ultraliberal. No campo, o avanço do modelo de latifúndio mecanizado exportador do agronegócio sufocado sistematicamente a produção da agricultura familiar, num quadro da disputa geopolítica mundial acerca dos alimentos, que segue em curso e se aprofundará no mundo pós-pandemia.
- 8) Apesar das tentativas de resistência, os problemas acumulados, as derrotas sofridas, os erros de orientação e as debilidades organizativas acumuladas durante anos resultaram no predomínio, na classe trabalhadora e na maioria de suas organizações, de uma postura defensiva.
- 9) Ao mesmo tempo a implementação do plano golpista não produziu uma retomada da atividade econômica; pelo contrário, assistimos a uma deterioração crescente

de todos os indicadores, exceto o lucro do setor financeiro. Isto é um dos motivos do aprofundamento das divisões no bloco golpista.

- 10) Acontece que a implementação do plano golpista não produziu uma retomada da atividade econômica; pelo contrário, assistimos a uma deterioração crescente de todos os indicadores, exceto o lucro do setor financeiro. Isto é um dos motivos do aprofundamento das divisões no bloco golpista. A extrema-direita defende concentrar poderes no Executivo federal, inclusive para poder tratar com mais facilidade a questão social como caso de polícia, GLO e Forças Armadas. Outros setores da direita tentam preservar seus espaços de poder, nos Executivos estaduais, no Legislativo, no Judiciário, e também nos meios de comunicação.
- 11) Portanto, as divisões entre os golpistas não dizem respeito ao programa ultraliberal, nem mesmo versam sobre a política de repressão aos movimentos, mas sim a como enfrentar os efeitos deste programa. Apesar disso, antes mesmo da pandemia alguns setores da esquerda já defendiam uma "frente ampla" com setores do golpismo ultraliberal, em nome de tentar combater e derrotar o clã Bolsonaro nas eleições de 2022.
- 12) Os desdobramentos da pandemia agravaram tudo o que já vinha acontecendo antes no país: desemprego (com taxas crescentes para a juventude, negros e negras, mulheres), piora nas condições de trabalho (exposição a agentes biológicos sem medidas de proteção, jornadas exaustivas, sobretudo para as mulheres, que acumulam de forma desigual as tarefas domésticas e do cuidado), corte de salários, deterioração da situação social (afetando, de maneira particular, indígenas e quilombolas), miséria, redução das políticas públicas e sociais, depressão da atividade econômica, ampliação da violência doméstica contra mulheres e crianças, e até mesmo (como vem ocorrendo em São Paulo) escalada dos assassinatos cometidos pela Polícia Militar, tendo como alvo principal jovens da periferia. Tudo isto agravado pela trágica situação de saúde pública, advinda com a pandemia do coronavírus, com previsões de que morram no mínimo 40 mil pessoas.
- 13) Este é o pano de fundo do aprofundamento dos conflitos no interior do golpismo. Os episódios mais recentes deste conflito foram as demissões de Mandetta e de Moro e o inquérito aberto contra Bolsonaro no STF. O conflito no interior do golpismo pode ter dois desenlaces: a vitória ou a derrota do clã. Sendo que a derrota do clã poderia assumir várias formas institucionais, por exemplo: o golpe explícito, a tutela militar, o afastamento temporário para julgamento por crime, o impeachment com a substituição pelo vice.
- 14)** A derrota do clã, se patrocinada por um setor do golpismo, não vai causar mudança na política ultraliberal. E a depender de como ocorra, a derrota do clã pode inclusive ser acompanhada de medidas ainda mais restritivas às liberdades democráticas. Por isso, a política defendida pela CUT deve ser o Fora Bolsonaro, Mourão e do conjunto do governo e suas políticas; realização no curto prazo de nova eleição presidencial limpa e livre, da qual Lula possa participar. Ou seja, nada mais, nada menos do que retomar a linha política aprovada no 13º CONCURTO, acompanhadas da defesa da aplicação de um programa de emergência de combate à pandemia e de defesa da vida, do emprego e da renda.
- 15) As dificuldades criadas pela pandemia tornam o cenário político mais tenso e imprevisível do que era antes. O governo Bolsonaro, apesar de todos os seus crimes, da sua subserviência aos interesses estrangeiros e imperialistas, da destruição dos direitos sociais, do seu caráter misógino, racista, homofóbico e fundamentalista e de seu apoio à devastação ambiental, segue mantendo apoio popular e importante respaldo nas Forças Armadas, polícias militares, milícias e, por último, mas não menos importante, em setores do grande empresariado, especialmente financeiro, de parte de oligopólio da mídia, em setores do

agronegócio e em cúpulas de igrejas conservadoras, que tem grande influência popular.

- 16) Por outro lado, a crise de saúde, a crise social e a crise econômica evoluem num sentido catastrófico, o que pode fazer a situação política evoluir de maneira radical, rápida e surpreendente, seja pela direita, seja pela esquerda.
- 17) Portanto, torna-se fundamental a superar a influência da política de conciliação de classes, da frente ampla com golpistas, a confusão cada vez mais presente no interior da CUT entre o papel da Central e do Partido. A admissão de parte da CUT à participação de figuras como Maia, Alcolumbre e FHC no 1 de Maio não é um ponto fora da curva na crescente política de conciliação de classes de setores da Articulação Sindical.
- 18) Mais do que nunca, é necessário resgatar na estratégia e nas ações práticas o entendimento de que "A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos". (Resoluções do 2º Congresso da CUT, agosto de 1986, reafirmada na Resolução do 13º Concut).
- 19) Este é o caminho para a CUT contribuir para coesionar o campo democrático e popular em torno de uma saída de conjunto para a situação, uma saída política que crie as melhores condições não apenas para a aplicação de um programa de emergência em defesa da vida, do emprego e da renda, mas também um programa de reformas estruturais e de defesa do meio-ambiente. O nosso caminho é o da luta social e sindical, da organização da classe trabalhadora e não de simulacro de articulações políticas atabalhoadas que cabem às organizações partidárias. É preciso aceitar que a burguesia brasileira tem unidade em seu programa e em seus objetivos estratégicos, que está decidida em interditar ou mesmo destruir a esquerda na atual situação política. Que nenhuma fração das classes dominantes tem disposição em compor uma frente realmente democrática, quando muito querem nos usar como uma linha auxiliar em sua disputa interna.
- 20) A retomada dos vínculos e do apoio da maioria da classe trabalhadora, e dos setores populares, passa necessariamente pelo caminho da mobilização e da organização sindical, caso contrário, persistirá o desânimo, a desorientação, a fragmentação, a quebra da unidade e da confiança política, como temos presenciado na CUT, que deve atuar como força independente e portadora dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. A CUT não pode se converter em linha auxiliar de setores da classe dominante e do golpismo.
- 21) A CUT deve atuar de forma organizada na defesa dos interesses da classe trabalhadora no Congresso Nacional, mas não pode a estratégia de conciliação de classes; a crença na conduta republicana e democrática do centrão, levando a jogar todas as fichas em vias institucionais, e pior, adentrando em articulações políticas que vão além das questões em pauta no Congresso Nacional. Nossa prioridade é para a luta social e sindical, para a organização de base, para a formação de quadros, para a comunicação social independente e classista, para a construção da unidade com os movimentos populares e centrais sindicais que atuam nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Nossa aliança com as Centrais pelegas (que sequer assumiram o Fora Bolsonaro até agora) deve ter caráter pontual, em agendas de luta concreta, sem concessão a rebaixamentos políticos e programáticos com a cúpula da burocracia sindical conservadora, cuja relação real com a base que supostamente representam é muito pequena, em muitos casos inexistente. Nossa unidade política deve ser construída com a base da classe trabalhadora.

- 22) Somos, portanto, radicalmente contrários a uma política que defende uma “frente de salvação nacional” e aposta numa numa “frente ampla” com setores do golpismo o que leva a fazer concessões à participação de neoliberais inimigos de classe no ato do Primeiro de Maio de 2020.
- 23) Graças ao esforço, particularmente das secretarias Geral, Comunicação e Internacional, que superando as debilidades demonstraram grande capacidade de articulação à frente desta difícil tarefa (e em meio a tantas divergências), o ato em si foi muito bem estruturado e contou com figuras de destaque especialmente da área artística e cultural. E este sucesso não se deveu às centrais sindicais pelegas que tiveram uma participação absolutamente residual tanto na organização quanto na transmissão do ato, ficando seu papel restrito a dar palanque a moribundos políticos e inimigos de classe. E muito menos à participação marginal de FHC no ato.
- 24) Uma catástrofe ameaça o país e a única maneira de deter esta catástrofe nacional é o protagonismo sindical da CUT, como força importante da esquerda brasileira, juntamente de seus partidos, organizações e movimentos, onde se destacam a Frente Brasil Popular, a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento Sem Terra tenham uma política independente dos golpistas a partir de seus diferentes papéis na luta de classes.
- 25) Apesar das dificuldades deste momento de pandemia e relativo distanciamento social, a CUT não pode aceitar ceder no programa, para supostamente conseguir “furar a bolha” da grande imprensa, conseguindo alguns segundos de tempo nos mesmos noticiários que gastam horas tentando nos desmoralizar.
- 26) A CUT deve lutar com todas as suas energias para organizar a sua base social defender a vida, os direitos, o emprego e a renda da classe trabalhadora, apontando a taxação das grandes fortunas e do capital financeiro como meio de viabilizar os direitos do povo.
- 27) Isso inclui, ainda, a solidariedade de classe, através de redes de ajuda mútua e acolhimento que fortaleçam a ação dos sindicatos nas comunidades, contribuindo para resistência e sobrevivência em momentos de crises e dificuldades. Não uma concepção paternalista da ação caridosa, mas solidariedade de classe, politizada, que saiba demonstrar para o povo, que as soluções verdadeiras dependem da luta, do fortalecimento e das organizações da classe trabalhadora.
- 28) Simultaneamente, lutar com todas as suas energias para defender a vida, o emprego e a renda da classe trabalhadora, inclui lutar pelo fora Bolsonaro e Mourão, fora seu governo e suas políticas e defender a realização de eleições presidenciais, realmente livres e a implementação de um programa emergencial e também estrutural de mudanças. Esta é a forma da CUT contribuir para que a solução da crise seja em favor da imensa maioria do povo brasileiro, abrindo caminho para matar e enterrar o capitalismo e todas as formas de opressão e exploração.

Viva a classe trabalhadora!

Viva a CUT!

Fora Bolsonaro, Mourão! Fora seu governo e as suas políticas!

Eliane Bandeira – Presidenta da CUT RN
Ismael César – executiva nacional
Ivonete Alves – executiva nacional
Jandyra Uehara – executiva nacional
Roberto Silva – Presidente da CUT Sergipe

Contribuição à reunião da Executiva nacional da CUT Lições de um 1º de Maio marcado pelo Fora Bolsonaro!

O 1º de Maio virtual de 2020 atingiu milhões de pessoas em todo o Brasil através das redes sociais de sindicatos, CUTs estaduais e ramos, obtendo grande repercussão. O que só foi possível graças ao empenho de dirigentes e funcionários da CUT que garantiram a logística do evento, a participação de artistas de forma solidária e os contatos internacionais – ainda que o “Concerto do 1º de Maio”, evento com artistas de vários países, tenha ficado fora da programação “unitária”, ele também teve impacto nas redes sociais.

Se do ponto de vista organizativo o 1º de Maio foi exitoso, se ele acabou sendo marcado pelo “Fora Bolsonaro”, graças também à CUT, é preciso reconhecer que seu caráter de Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora foi empanado pela presença de nossos inimigos de classe no “palanque virtual” montado pelo Fórum das Centrais.

Desde o início da transmissão da TVT às 11h30, o mal estar com esses penetras apareceu. Ao longo do dia houve postagens de “Fora FHC e golpistas do 1º de Maio”, vaias virtuais e outros protestos nas redes. Mensagens de entidades filiadas foram enviadas à nossa Executiva, CUTs estaduais e regionais protestaram também contra a presença de nossos inimigos de classe no 1º de Maio.

“Frente Ampla” justifica agentes dos patrões no 1º de Maio?

Nenhuma “frente ampla pela democracia” justifica a presença desses penetras num Ato de 1º de Maio. O que poderia parecer evidente para uma central classista como a nossa, entretanto, produziu um áspero debate na reunião de nossa Executiva de 30 de abril.

Nela fomos informados pelo companheiro Sérgio Nobre, que antes havia dito não existir convites para governadores estaduais, que Rodrigo Maia, Alcolumbre e Tóffoli não tinham enviado vídeos para o 1º de Maio no prazo, logo não participariam.

No debate então realizado, a esmagadora maioria dos membros desta instância declarou-se contra a presença confirmada de FHC. A proposta de se fazer uma nota à base da central com esse posicionamento, contudo, não foi adotada, sendo remetida para esta reunião que tem na pauta o balanço do 1º de Maio.

No mesmo dia 30, o deputado Paulinho ainda tentava obter um vídeo de Rodrigo Maia e, já no 1º de Maio, seu colega Juruna, secretário geral da Força Sindical, protestou contra a não exibição da fala do governador Eduardo Leite (PSDB-RS) e ainda ousou atacar a CUT, atribuindo a “exclusão” aos seus “radicais de esquerda”, como vários órgãos da imprensa divulgaram. O que levou o presidente da CUT-RS, o companheiro Amarildo Cenci, a dizer publicamente que nada tinha a ver com tal convite ao governador tucano, defensor da “reforma trabalhista” que liquida nossos direitos. Esta Executiva deve cobrar uma retratação formal desse dirigente “forcista”, que posa de amigo, ao mesmo tempo que ataca a CUT e tenta nos dividir entre “bons e maus” de forma inaceitável!

Lula foi quem deu conteúdo de classe ao 1º de Maio

A mensagem de 1º de Maio que esteve à altura do momento crucial que atravessamos foi a de Lula, apontando o capitalismo como responsável pelas conseqüências dramáticas da pandemia e chamando os trabalhadores a lutar por um mundo novo. A ex-presidente Dilma também fez uma fala contundente, que terminou com “Fora Bolsonaro!”.

Já o mais ilustre penetra do evento, FHC, disse que “não é hora de nos desunirmos”, justo ele, que como presidente atacou os nossos direitos e privatizou o que pode, apoiando depois o golpe contra Dilma e a prisão de Lula. Sobre Bolsonaro, o que ele

disse mesmo? Nada, mas dias depois, ao lado de Collor e Sarney, dava conselhos de bons modos ao ex-capitão, ainda condoído pela demissão de Moro, seu cupincha no servilismo ao imperialismo dos EUA.

Se nos palanques da Força Sindical, em meio a sorteios de prendas dadas pelos patrões, os tucanos e outros bichos sempre estiveram presentes (Aécio, Cunha etc), como é possível que a CUT deixasse isso ocorrer num ato unitário de 1º de Maio? Quanto à fala das centrais sindicais, que deveria ser o ponto alto num 1º de Maio, ela foi muito fraca e sem qualquer proposta de ação.

Neto (CSB) pregou acabar com a divisão entre "vermelhos e laranjas" (!?); Calixto (Nova Central) deixou nas mãos de Deus salvar o país; Patah (UGT) propôs união contra o "inimigo que é o vírus"; Bira (CGTB) falou em "frente ampla pela democracia" e Miguel Torres (FS) em "diálogo social com governadores e prefeitos", pedindo a Bolsonaro que renunciasse.

O "Fora Bolsonaro" só apareceu nas falas do companheiro Sérgio Nobre, de Adílson (CTB) e Índio (Intersindical). Representantes de apenas três das oito centrais "organizadoras" do Ato.

Romper com a subordinação da CUT ao consenso com as centrais

É preciso romper com a política de "unidade a qualquer preço" com as centrais sindicais, a qual rebaixa a pauta da classe trabalhadora, subordina a CUT a acordos de cúpula feitos no "Fórum das Centrais" e afasta aliados do 1º de Maio, como ocorreu com o MTST e o P-Sol, além de causar desconforto nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

Sim, a unidade de ação é necessária e deve ser proposta a todas as centrais, quando se trata de questões pontuais e concretas de defesa das reivindicações da classe trabalhadora contra os patrões e governos. Unidade de ação que deve ser construída por baixo, desde as bases, e não em consensos que se dão sempre em prejuízo das posições mais avançadas e são impostos por centrais muito menos representativas que a CUT.

Portanto, nada justifica um fórum permanente de centrais que não tem unidade nem política, nem de princípios e nem de concepção sindical. Ainda mais quando tal "fórum" tem a pretensão de "dirigir" o conjunto do movimento sindical, colocando-se acima da direção da própria CUT.

Respeito às instâncias e democracia interna na CUT

Esta Executiva foi eleita em chapa única no nosso 13º CONCURTO, seu mandato é o de aplicar as resoluções então adotadas e seu funcionamento deve ser democrático. Assim, o presidente ou qualquer outro/a dirigente de nossa central, deve levar aos foros em que participa, seja os das Frentes, seja reuniões com outras centrais, as propostas das instâncias da CUT, e não o contrário. Esta é uma regra básica da democracia sindical.

Temos que priorizar a discussão entre nós, que recebemos um mandato de nossas bases, e, a partir daí abrir o diálogo com nossos aliados na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, hoje inseparável da luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Não nos deixemos enganar pelos holofotes da grande imprensa, pelas salas acarpetadas do Congresso Nacional e os políticos do "centrão", como Rodrigo Maia e Paulinho da Força. Tenhamos confiança na classe trabalhadora e em sua capacidade de luta.

Foi assim que a CUT nasceu e se tornou a maior central sindical do Brasil e uma das maiores do mundo. Não temos o direito de rebaixá-la ao nível de uma Farsa Sindical, UGT ou CSB.

Viva o 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora!
Somos Fortes, Somos CUT!

João Batista Gomes
Marize Carvalho

INFORMES

INFORMES DA CUT/MT

Profissionais da educação que participaram da Última greve não tiveram seus contratos renovados pelo estado que é governado pelo senhor Mauro Mendes do DEM.

-Algumas prefeituras estão suspendendo contratos ou reduzindo os salários.

-O tribunal de contas do estado orientou pela manutenção dos contratos.

- Por pressão dos comerciantes, a maioria do comércio está funcionando. Até shopping teve liberação para funcionar.

- O governo cogitou reabrir as escolas e teve posição contrária do Ministério Público Estadual após reações do Sindicato da educação Sintep/MT (base da CUT) e uma nota dura da CUT/MT.

Sobre o 1º de maio:

-Realizamos das 8 as 10 uma live tratando da conjuntura sobre o papel do estado e os desafios para a classe trabalhadora e a partir depois integramos às atividades nacionais com transmissão pelo facebook da CUT.

-Lançamos a campanha de solidariedade em parceria com outros movimentos sociais e lançamos a plataforma da classe trabalhadora com sugestões para o enfrentamento da crise econômica e sanitária

Henrique Lopes Presidente.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES TRAMITANDO NO CONGRESSO NACIONAL

Valeir Ertle - Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT

➤ MP 923/20 – Possível manobra para arrecadar recursos de campanha via igrejas.

Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.

Relator: Dep. Fernando Monteiro (PP-PE)

Situação: Com o relator na Câmara dos Deputados

Emendas: Foram apresentadas 48 emendas. Destaque para as da oposição. Análise abaixo está na justificativa de emenda do Paim.

Posição: Pela rejeição.

Análise:

A alteração legal não tem caráter de urgência nem relevância e não poderia ser veiculada por medida provisória. Visa beneficiar empresas de TV (SBT, Record, RedeTV e Band) pela retomada dos sorteios, inclusive por meio de chamadas telefônicas ou acesso a aplicativos em telefones móveis ou similares, restabelecendo situação que existiu até 1998, quando emissoras de TV ofereciam diversos tipos de prêmios para telespectadores que fizessem as chamadas telefônicas para o número divulgado.

As TVs desejam auferir lucros com sorteios e premiações, por meio de receitas indiretas oriundas da venda de aplicativos ou serviços oferecidos por meio de plataformas digitais.

Esses sorteios foram regulados em 1996 por Portaria do Ministério da Justiça (Portaria 413/1996), que autorizou entidades filantrópicas a realizarem sorteios de bens recebidos sob doação. **Essa previsão abriu caminho a que milhões fossem arrecadados, sem que os bens sorteados fossem, de fato, oriundos dessa fonte.** A portaria permitiu a captação de apostas pelos telefones 0900 e a divulgação dos sorteios pela TV. A partir daí, montou-se um esquema controlado por empresas especializadas em serviço 0900 e pelas redes de TV, que **repassavam menos de 5% da arrecadação para as entidades beneficentes.** No final de 1997, foi editada nova portaria (1.250/97), fixando o percentual mínimo de 10% da receita bruta para as filantrópicas.

Em face da lesividade aos consumidores, esses sorteios foram considerados ilegais pelo Poder Judiciário. Em abril de 1998, a 15ª Vara Federal de São Paulo concluiu pela ilegalidade da portaria que autorizou os sorteios pelas filantrópicas e proibiu o Ministério da Justiça de autorizar novas premiações. A seguir, decisão da juíza da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro cassou liminar na qual as redes nacionais de televisão vinham se baseando para realizar os sorteios de prêmios com apostas pelos telefones com prefixo 0900. **Com a decisão, foi interrompida a exploração de jogos pela TV, e que apenas em 1997 arrecadou cerca de R\$ 270 milhões em ligações telefônicas, sem que as entidades filantrópicas fossem, de fato, beneficiadas.**

Apesar de entendermos que **a medida provisória deve ser rechaçada**, em caso de ser aprovada, para que não se reflita essa situação, com o enriquecimento ilícito das redes de TV e o incentivo a participação em sorteios, movimentando bilhões de reais, em detrimento de concursos de apostas já existentes, e sem que a seguridade social seja beneficiada com a receita de concursos de prognósticos, é necessário explicitar essa tributação, o que fazemos na forma da presente emenda.

➤ **MP 927/20 – Medidas trabalhistas frente à calamidade**

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

Prazo: 23/03/2020 a 20/05/2020.

Inconstitucionalidade: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

Relator: Dep Celso Maldaner (MDB/SC)

Emendas: Há 1082 emendas

Posição: Pela rejeição ou profundas alterações, conforme emendas apresentadas.

Análise:

➤ **MP 932/20 –**

Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.

Prazo: 29 de maio

Relator: Dep. Hugo Leal (PSD-RJ)

Emendas: 118

Posição: Contrária, salvo ajuste do projeto acatando emendas.

Análise:

Trata-se da renúncia de receitas que não pertencem ao governo, mas aos serviços sociais autônomos, que promove uma redução corresponde a 50% da contribuição devida, por lei, a cada uma das entidades.

Essa medida implicará numa perda de receita do Sistema S de cerca de R\$ 2,6 bilhões nos três meses de sua aplicação, que seria um "alívio" às empresas, para pretensa aplicação na manutenção do fluxo de caixa e preservação dos empregos nos setores beneficiados. Como o próprio Governo reconhece, o Serviços Sociais Autônomos tem expressiva arrecadação: em 2017, arrecadaram cerca de R\$ 21,6 bilhões, dos quais cerca de R\$ 17,7 bilhões por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o restante, por volta de R\$ 3,9 bilhões, foram produto de arrecadação direta. Em 2019, a SRFB arrecadou para as entidades do Sistema S aproximadamente R\$ 18,4 bilhões, que se somariam a cerca de R\$ 3,8 bilhões arrecadados diretamente pelas entidades.

As entidades do Sistema "S" devem atuar em conjunto com o Poder Público no enfrentamento da Covid-19. É muito mais fácil exigir que estas entidades contribuam efetivamente para o combate à pandemia do que esperar que o empresário vá aplicá-las onde aponta a MP.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC) a redução da receita poderá levar ao fechamento de 265 unidades e demissão de 10 mil trabalhadores, além de provocar a suspensão dos atendimentos e vagas no país.

Paim apresenta uma emendas tendo por objetivo estabelecer que a redução de 50% da receita, nos três meses de vigência, seja substituída pela obrigação de que 50% da receita arrecadada pela SRFB seja destinada a ações de combate á calamidade do Covid-19, como a compra de equipamentos de proteção individual, respiradores, e até mesmo a contratação de pessoal para atuar na assistência médica e social aos cidadãos, o que será muito mais benéfico ao conjunto da sociedade e às próprias entidades do Sistema S, sem onerar o Governo.

São muitas as emendas, fica apenas esta apreciação.

➤ **MP 933/20 – Congelar preços de medicamentos**

Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.

Prazo: 29 de maio

Relator: Aguarda indicação da bancada do PT

Emendas: 46

Posição: A favor com emendas de Alexandre Padilha e Rogério Carvalho

Análise

Trata-se de uma medida correta a suspensão dos reajustes de preços dos medicamentos. No entanto, como afirmam Alexandre Padilha e Rogério Carvalho, o prazo é exíguo, pois é de conhecimento público que a pandemia vai se alongar. Daí porque somos pela aprovação com emenda nesta direção.

➤ **MP 944/20 -**

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Prazo: 01/06/2020

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Emendas: 261

Posição: A favor se forem acatadas emendas

Análise

O Programa apresenta graves deficiências. Dentre as quais deixa de atender às micro-empresas, setor da economia que mais demanda apoio nesse momento de grave crise e desaquecimento. Trabalhadores com renda mensal de até R\$ 2 mil mensais, que é o objetivo do Programa poderão sofrer com o desemprego caso não se faça a correção no programa, destinando recursos para pessoas com receita bruta anual de até R\$ 360 mil. Há emendas neste sentido e também recursos de pelo menos R\$ 34 bilhões para empresas que têm receita bruta anual superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 10 milhões.

Segundo o IBGE, com dados de 2018, nada menos do que 38,2 milhões de trabalhadores são empregados de empresas com até 5 empregados. E mais de 60% dos empregados pertencem a empresas com até 10 empregados.

Há que se corrigir ainda a exigência de que o "processamento" seja feito pelos Bancos. Está aí uma clara pretensão de conferir a eles mais uma lucrativa fonte de receitas, e excluindo outras formas de processamento da folha, geralmente usadas pelas pequenas e micros, como escritório de contabilidade, quando não feitas diretamente pelo proprietário. São muitas as emendas. Merecem uma análise por se tratar de um tema da maior importância para o movimento sindical.